

*Dívida externa.***A recessão é nossa...**

O governo opõe uma negativa inelutável à recessão econômica e o presidente da República aferra-se à salvaguarda do crescimento econômico. E esta, aliás, a razão por que nosso governo se recusa a negociar com o Fundo Monetário Internacional, que exigiria dele a execução de um plano calçado na recessão. Foi por se opor a esta que nosso governo decidiu suspender o pagamento dos juros correspondentes à dívida externa de médio e longo prazos. Foi também por esquivar-se a um ajustamento econômico fundado na redução da oferta no mercado interno que o País restringiu as exportações. Apesar de tudo isto, entretanto, a recessão se instala no País e se vai espalhando até em consequência das medidas que o governo adota para evitá-la.

Em nossa edição de domingo, apresentamos alguns sinais dessa recessão em diversos pontos do território nacional. O fenômeno não se manifesta de modo agudo porque ainda não atingiu as grandes empresas, nas quais os sindicatos atuam com mais força. Logo, porém, se verificará que a atividade econômica do País depende, principalmente, das empresas pequenas e médias.

O governo, que só mantém conta-

to com os dirigentes das grandes empresas, ainda não se deu conta da amplitude da recessão, que está apenas começando e, inicialmente, atingindo as pequenas empresas. O Plano Cruzado, que fez estourar artificialmente a demanda interna, ocasionou o surgimento de inúmeras empresas de pequeno porte, cujos proprietários, seduzidos pela módica taxa de juros, efetuaram investimentos à custa de financiamentos. Essas são as empresas que hoje se encontram em situação periclitante, porque a demanda diminuiu e as taxas de juros foram às nuvens. Não têm elas outra saída senão pedir concordata ou, pior ainda, decretar falência.

Tais são os fatos que nossos repórteres descobriram em suas andanças pelo interior de vários Estados. Mas não são somente as pequenas indústrias, pertencentes à economia dita subterrânea, que estão sendo afetadas. Também o pequeno comércio, que não pode acompanhar as liquidações promovidas pelas grandes lojas, sofre presentemente o impacto inicial da retração da demanda. Os agricultores começam a perceber que a abundância da safra não lhes proporciona maiores rendas. To-

dos os setores se queixam da taxa de juros, e a situação tende a agravar-se com o atual crescimento da inflação, fomentada por descabidas reivindicações salariais, pelo aumento do déficit público e pela expansão monetária.

Mas o processo de recessão apenas se inicia. Muitas fábricas fecharam o exercício passado com cartelas de pedidos que aparentemente as tranquilizariam no ano em curso. Agora, os pedidos estão sendo cancelados, em número a cada dia maior. Mas a presente fase, de reconstituição dos estoques, afigura-se, ainda, favorável. Em breve, porém, as empresas industriais se verão a braços com a redução da demanda. A situação complica-se em consequência das dificuldades cambiais. Não se resumem estas no severo controle exercido pela Cacex, mas consistem, sobretudo, nos obstáculos à obtenção de financiamentos para as importações e exportações, independentemente de manterem os bancos credores estrangeiros suas linhas de crédito, em vias de sustação. Numerosas empresas ver-se-ão obrigadas a manter em estoque bens incompletos, pagando por isso elevado preço, ou a pagar um sobrepreço pelo

acabamento de seus produtos, com a demanda desaquecida. As exportações nacionais estão sendo reduzidas por haver perdido mercado ou a capacidade de competir, mas isso só pode concorrer para incrementar a recessão.

O golpe de misericórdia será o pagamento do Imposto de Renda, a partir de 15 de abril. O primeiro fator da retração da demanda foi a inflação, a que agora se seguirá outro, a saber, a voracidade fiscal do governo.

Ao lançar-se a uma moratória parcial, o governo tencionava concorrer para restringir a transferência de recursos para o Exterior e, com isso, estimular o desenvolvimento interno. O que está ocorrendo é precisamente o contrário, pois, por um lado, os devedores têm de depositar no Banco Central, em cruzados, a contrapartida de suas dívidas vencidas, e, por outro, a suspensão do pagamento de juros só fez retardar a renegociação, que teria assegurado efetivo alívio às transferências para o Exterior. Para não falar no repúdio à ajuda do FMI, que seria hoje, certamente, o principal fator capaz de impedir o alastramento e o aprofundamento da recessão.